

Notas sobre Agricultura Familiar e Sustentabilidade

Anderson Barbosa de Souza*

RESUMO

A agricultura familiar, por apresentar uma melhor capacidade de gerenciamento e flexibilidade e maior diversificação de produtos e adaptação aos recursos disponíveis, mostra-se como a base para o estabelecimento de um modelo agrícola mais sustentável. Aborda-se, aqui, a agricultura familiar como uma prática produtiva mais sustentável. Analisam-se o fenômeno da pluriatividades, os valores e práticas da

cultura camponesa presentes na agricultura familiar contemporânea. O estabelecimento de práticas agrícolas mais sustentáveis pode promover uma melhor qualidade de vida local e regional. A agricultura familiar deve ser compreendida a partir de critérios qualitativos e valorizada como uma importante política pública de desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE

Agricultura familiar; pluriatividades; agricultura e sustentabilidade ambiental.

Dentro do quadro de disputas de valores e de questionamentos da realidade que caracteriza a sociedade contemporânea, a noção de sustentabilidade ambiental torna-se um alvo frágil, pois há consenso no que se refere à necessidade de preservar os recursos naturais. Todavia, diante da gama de interesses imediatistas envolvidos, não há como fazê-lo.

Muitos pesquisadores argumentam que a sustentabilidade ambiental deve envolver também justiça social, ao passo que outros argumentam que novas tecnologias inseridas no processo produtivo seriam capazes de torná-lo mais eficiente, eliminando ou pelo menos diminuindo drasticamente os rejeitos.

Diante dessa divergência, surgiram diferentes definições de agricultura sustentável. A preservação dos agroecossistemas, através de práticas que não agriam o ambiente, parece indicar a necessidade de combinação entre métodos convencionais e alternativos, mas não encerram a

discussão do que seria afinal uma agricultura sustentável (Ehlers, 1996).

Resende (1998) defende que o bem-estar das futuras gerações e a disponibilidade de recursos não devem ser inferiores aos das atuais, porém incorpora em suas análises a necessidade de ganhos em termos de justiça social. Papendick et al. (1990) argumentam que, além de ganhos sociais, a agricultura sustentável deve incorporar as noções de qualidade, produtividade e de lucratividade no processo produtivo.

A base para estabelecer um modelo agrícola mais sustentável está na valorização da agricultura familiar, pois esta se caracteriza por apresentar uma melhor capacidade de gerenciamento e flexibilidade, uma maior diversificação de culturas em função da aptidão dos recursos disponíveis, mão-de-obra mais qualificada e maior preservação dos recursos naturais (Ehlers, 1996).

Contudo, o meio rural brasileiro passou e passa por transformações que tornam vago o conceito de agricultura familiar. O meio rural brasi-

leiro não pode mais ser entendido e estudado a partir da oposição com os espaços urbanos. O processo de modernização da agricultura e a urbanização do meio rural transformaram esta atividade nas últimas décadas, tornando-a integrada e dependente do restante da economia, tanto no que se refere ao comércio de sua produção, como também ao consumo de insumos e bens “urbanos” por parte de sua população.

A AGRICULTURA FAMILIAR E O NOVO MUNDO RURAL

De acordo com Graziano da Silva (1999), a modernização da agricultura e o processo de urbanização do meio agrícola não são suficientes para explicar as transformações ocorridas no mundo rural contemporâneo. Para esse autor, nas últimas décadas do século passado, a emergência do novo paradigma chamado de pós-industrial, pós-fordista ou pós-moderno subverteu a análise da realidade rural, trazendo à tona relações sociais que não poderiam ser previstas dentro da óptica do paradigma anterior. O decréscimo das taxas de emprego industrial semelhante ao das atividades agropecuárias, a subcontratação e o trabalho domiciliar nas cidades seriam impossíveis de prever no fordismo.

Marsdem (1992) argumenta que o mundo rural contemporâneo só pode ser entendido se se considerar que as transformações ocorridas envolvem múltiplas dimensões, que não podem ser analisadas apenas a partir do viés econômico e do social. Para o autor, merecem uma análise mais detalhada o papel do capital financeiro e o fato das áreas rurais ganharem importância econômica com atividades de consumo, como turismo, lazer, residência etc.

Para Graziano da Silva (1999, p. 9), o novo mundo rural é o resultado da influência de quatro elementos no quadro social e econômico agrário que, embora não sejam uma real novidade, somente agora ganham importância econômica. O primeiro é formado pela “agropecuária mo-

derna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias que vêm sendo chamadas de o *agribusiness* brasileiro”. O segundo é formado pelas atividades de subsistência praticadas pelos excluídos do processo de modernização. O terceiro é formado por um conjunto de atividades não-agrícolas, combinadas ou não com agrícolas, mas que influenciam na organização deste espaço. E o quarto e último elemento diz respeito ao “conjunto de ‘novas’ atividades agropecuárias, localizadas em nichos específicos de mercado”.

De acordo com Carneiro (1998a), podemos identificar dois fenômenos que transformam o meio rural brasileiro contemporâneo. O primeiro trata-se da pluriatividade, que se manifesta através da presença de atividades não-agrícolas no espaço rural e do aparecimento de um grande número de agricultores que combinam a atividade agrícola com outras formas de extrair renda. E o segundo refere-se à procura do campo como um espaço de lazer por habitantes da cidade.

Para Schneider (1994), a pluriatividade não deve ser encarada apenas como uma estratégia de reprodução social, pois se constitui em uma estratégia política dos Estados Nacionais de reforma de sua estrutura agrícola.

Os recentes processos de industrialização difusa e de descentralização industrial, bem como a externalização de fases do processo de produção agrícola parece que estão superando a divisão espacial do trabalho ao unificar os mercados de trabalho rural e urbano. (Schneider, 1994, p. 334)

São recentes as discussões sobre as transformações no campo envolvendo a temática da pluriatividade¹. O debate europeu nos anos 80 só ganhou destaque no meio acadêmico brasileiro na década seguinte. São poucos os pesquisadores brasileiros que se dedicam à análise deste fenômeno e há discussões sobre a pertinência deste conceito nos estudos que se propõem a

analisar a realidade rural brasileira (Alentejano, 1998).

Os estudos europeus indagam se a pluriatividade pode ser considerada uma prática social nova ou antiga. Há pesquisadores que argumentam que o campesinato sempre teve um grau de pluriatividade e o momento atual expressa uma intensificação dessa estratégia de sobrevivência, fruto da conjuntura socioeconômica contemporânea. Por outro lado, há pesquisadores que defendem que esta é uma nova² prática social que se opõe à agricultura familiar moderna, à profissionalização e à especialização (Alentejano, 1998).

De acordo com Grossi & Graziano da Silva (1998), a combinação entre atividade principal e secundária presente na pluriatividade não é necessariamente algo de novo no meio rural brasileiro. Contudo, em nossos dias, deve-se atentar para a maior ênfase na combinação com atividades não-agrícolas.

Graziano da Silva (1999) afirma que o que há de novo na análise da pluriatividade é a combinação entre atividades agrícolas e não-agrícolas fora do estabelecimento rural. Nos clássicos marxistas, esse fenômeno seria interpretado como um indicativo do processo de proletarianização

e, conseqüentemente, de desagregação familiar, empobrecimento e piora das condições de sua reprodução social. É preciso recordar que os camponeses não eram produtores agrícolas especializados: combinavam atividades não-agrícolas de bases artesanais dentro do estabelecimento, envolvendo praticamente todos os membros da família na produção (...). O sinal visível de que não podiam mais garantir a sua reprodução era o assalariamento temporário fora, que ocorria fundamentalmente em unidades de produção vizinhas por ocasião da colheita. (Graziano da Silva, 1999, p. 6)

O conceito de pluriatividade nos permite analisar em conjunto tanto atividades agrícolas como as não-agrícolas. “Assim, permite considerar todas as atividades exercidas por todos os membros dos domicílios, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não-assalariado, realizados dentro e/ou fora das explorações agropecuárias” (Grossi, 1998, p. 26). O que significa dizer que os conceitos de diversificação produtiva e agricultura em tempo parcial são elementos que compõem a pluriatividade.

O *part-time farmer* é um agente consolidado no meio rural dos países desenvolvidos dentro de um novo quadro formado pelo paradigma pós-industrial. Graziano da Silva (1999, p. 5) define o *part-time farmer* como “um trabalhador autônomo que combina diversas formas de ocupação (assalariadas ou não). Essa é a sua característica nova: uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não-agrícolas”.

De acordo com Alentejano (1998, p. 15), o uso da noção de pluriatividade no estudo das relações sociais no campo brasileiro é pertinente,

uma vez que: a) a crise do modelo fordista tende a se generalizar, levando à ampliação da desconcentração espacial, podendo fazer surgir processos tipicamente de industrialização difusa (...); b) as dificuldades crescentes para que os agricultores sobrevivassem apenas da produção agrícola, junto com o processo de urbanização acelerado do meio rural – visível não apenas pela subordinação cada vez maior do agro ao industrial e financeiro, mas também na expansão da infra-estrutura urbana para o meio rural – tendem a empurrar os trabalhadores do campo cada vez mais em direção à pluriatividade.

Graziano da Silva (1999, p. 7) identifica duas possibilidades para o estabelecimento da pluriatividade. A primeira se dá através do

“mercado de trabalho relativamente indiferenciado, que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústria, têxtil, vidro, bebida, etc.)”. A segunda, através da associação de atividades de prestação de serviços, características do meio urbano, “com o ‘management’ das atividades agropecuárias”.

A nova realidade do meio rural não deve ser interpretada apenas como o resultado da subordinação do campo ao capital e aos valores urbano industriais, pois, ao contrário, muitos dos símbolos e tradições próprios da cultura rural são buscados como objeto de consumo pela sociedade urbana. Desta forma,

importa mais do que tentarmos redefinir as fronteiras entre o “rural” e o “urbano”, ou simplesmente ignorar as diferenças culturais contidas nessas representações sociais, buscar, a partir do ponto de vista dos agentes sociais, os significados das práticas sociais que operacionalizavam essa interação e que proliferaram tanto no campo como grandes centros urbanos, tais como a pluriatividade, os neo-rurais, a cultura country etc. (...) Como vemos, as noções de “rural” e de “urbano”, assim como a de “ruralidade” e a dualidade que lhes é intrínseca são representações sociais que expressam visões de mundo e valores distintos de acordo com o universo simbólico ao qual estão referidas, estando, portanto, sujeitas a reelaborações e a apropriações diversas. (Carneiro, 1998a, p. 59-60)

A pluriatividade, entendida como o trabalho externo de integrantes da família, não significa necessariamente o fim da agricultura familiar. Ao contrário, pode constituir-se em um agente que assegure o patrimônio familiar, complementando a renda e evitando o êxodo do campo (Wanderley, 1999).

Já no período colonial, a agricultura familiar se desenvolvia em terras brasileiras paralelamente ao latifúndio monoprodutor e escravocrata. Esta modalidade de agricultura era exercida por homens livres de poucas posses e ex-escravos. A produção era principalmente voltada ao consumo doméstico e ao abastecimento de alimentos para as grandes plantações voltadas ao mercado externo.

Ao estudar a agricultura familiar no Brasil, alguns autores buscam associações com a agricultura familiar européia. Chamam de agricultura camponesa tanto a agricultura tradicional de subsistência, observada principalmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, como também a policultura colonial, desenvolvida principalmente no Sul do país, cuja origem está diretamente associada ao processo de colonização da região por imigrantes europeus a partir do século XIX.

De acordo com Carneiro (1999, p. 325), é tão antiga quanto a própria sociedade a idéia de construir tipologias que a classifiquem e organizem. “No entanto, é recorrente que os construtores destes sistemas o tomem como sendo a própria realidade, e que tais classificações, institucionalizadas, sejam tomadas como a realidade social”. Para a autora, os princípios que definem tais classificações são produtos de disputas político-culturais de legitimação. Assim, as classificações servem a determinadas ideologias.

A noção de agricultura familiar moderna envolve não só a expansão do capitalismo como também a redefinição de antigas relações sociais agrárias (Costa Neto, 1998). Abarca não só a temática da subordinação ao capital, mas também relações não-capitalistas que permanecem e são recriadas pelo próprio capitalismo.

Para melhor compreender o significado da agricultura familiar moderna, torna-se necessário nos remetermos ao campesinato – que deve

ser entendido como uma forma de agricultura familiar, com especificidades quanto aos objetivos de sua produção, às relações de trabalho e à forma como interage com as demais categorias sociais.

O campesinato tem três pilares: a terra (sendo sua posse legalizada ou não), o trabalho e a família. A família adquire o *status* de viga mestra do processo produtivo, pois une o espaço e o trabalho não apenas em uma perspectiva imediatista, mas rompendo as dimensões do tempo, buscando inserir uma perspectiva de continuidade no processo produtivo, ou seja, buscando assegurar a reprodução das futuras gerações.

Assegurar o patrimônio familiar, nas comunidades camponesas, significa prover as futuras gerações de condições para a reprodução. Por isso, torna-se tão importante o estabelecimento de territórios – que ora excluem, ora incluem – através de valores e práticas simbólicas herdadas e reconstruídas para se identificar e se posicionar frente à realidade, estabelecendo, assim, um cotidiano próprio e uma forma característica diante da sociedade como um todo.

O campesinato busca, nas suas formas de reprodução, assegurar uma certa autonomia através da combinação de sistemas produtivos que propiciem o máximo de subprodutos, o que exige uma dedicação e um desgaste físico no trabalho que apenas os laços de família podem justificar. É a superação dos desejos individuais em prol do sacrifício pela sobrevivência e manutenção da família. O camponês tem a responsabilidade de assegurar não apenas sua sobrevivência imediata, mas também a de criar mecanismos capazes de fazer frente às adversidades futuras. Desta forma, a busca pela auto-suficiência não é apenas uma necessidade técnica, é também uma estratégia de sobrevivência que justifica a rudeza e a disciplina imposta pelo trabalho no campo.

Contudo, mesmo nas sociedades rurais mais tradicionais, a auto-suficiência e a autonomia são sempre relativas, pois há sempre algum vínculo ou necessidade de produtos que rompem o iso-

lamento introduzindo elementos externos, gerando a necessidade de reservar parte da produção para fazer frente a impostos ou trocas por outros produtos (Wanderley, 1999). Desfaz-se, então, a falsa idéia de que a agricultura camponesa é uma atividade voltada à simples subsistência. “Se a função de subsistência está bem presente no modelo camponês, ele não se reduz jamais a isto; há neste modelo, profundamente arraigada, uma vontade de conservação e de crescimento do patrimônio familiar” (Lamarche apud Wanderley, 1999, p. 30).

Segundo Teixeira (1998), ao longo das décadas de 70 e 80 do século XX, muitas etnografias que se propunham a analisar produtores que faziam uso da mão-de-obra familiar utilizavam os conceitos de camponês ou pequeno produtor rural. O primeiro conceito apareceria em estudos que davam mais ênfase às dimensões teóricas do assunto e o segundo conceito relacionado a trabalhos mais voltados ao campo empírico.

O conceito de camponês ganhou vulto nas análises acadêmicas brasileiras a partir da década de cinquenta com as lutas de trabalhadores no campo, englobando uma diversidade de relações de trabalho e produção tendo como principal anteposto o latifúndio monoprodutor (Teixeira, 1998).

A partir dos anos 70, identificam-se quatro linhas de abordagem para os estudos sobre o campesinato no Brasil. A primeira adota o viés econômico como ponto de partida, tendo como referenciais teóricos clássicos os trabalhos de Chayanov, Tepicht e Galeski. Analisa o campesinato como um modo específico de produção subordinado ao capital, porém, com inserção diferente de uma empresa capitalista, pois tem uma organização social patriarcal e adota o trabalho familiar e o produto indiviso do trabalho. Dentro desta perspectiva, o campesinato

não é um maximizador de lucro, como é o caso de uma empresa (...) Muitos estabelecimentos rurais camponeses continuam

operando e até investindo, numa situação em que os padrões de cálculos econômicos aceitos, para uma empresa capitalista, não se encontram. (Teixeira, 1998, p. 12)

A segunda linha de abordagem adota o conceito de sociedades camponesas como foco inicial de suas análises. Inspirada em autores como Redfiel, Kroeber, Mendras e Wolf, destacados na literatura antropológica e sociológica europeia nos anos de 1930 a 1960, essa abordagem ressalta as especificidades culturais e sociais dos produtores rurais. Vê o campesinato como portador de uma cultura própria, resultante de regras de parentesco, sociabilidade, herança e trabalho. A terra e a família, além de garantirem a sobrevivência, são repletas de significados e valores morais (Teixeira, 1998).

O conceito de *part society*³ é a referência da terceira linha de abordagem para os estudos sobre o campesinato no Brasil. Essa linha entende a cultura camponesa como parcial por estar integrada e submetida a uma dinâmica social maior. O modo de vida resultante da vida em comunidade, que expressa valores morais e laços sociais próprios entre seus agentes, também mantém vínculos com agentes e fenômenos externos à comunidade, o que culmina em vínculos internos e externos parciais, ou seja, incompletos. Isso significa dizer que a autonomia dos grupos camponeses não é absoluta, mas relativa com a comunidade e com o mundo externo (Teixeira, 1998).

O quarto viés de análise aborda o papel do campesinato na lógica de produção capitalista. Dentro desta perspectiva, há autores que identificam a presença do campesinato no capitalismo e outros que a negam. Os autores que a negam analisam o campesinato dentro de uma perspectiva tradicional e evolucionista marxista tendo como referencial a obra de Lênin e Kautsky. Argumentam que os camponeses estariam fadados a se transformarem em proletários ou pequenos burgueses.

Seja como um resíduo do modo de produção anterior, ou como elemento de transição, ou agente capaz de gerar renda não-capitalista, há autores que vêem o campesinato como elemento presente na lógica capitalista de produção. Argumentam que o sistema capitalista não só cria formas não-capitalistas de produção, mas se alimenta delas.

No final da década de 70, com o debate envolvendo a subordinação do pequeno produtor ao capital, a modernização agrícola e o fim do milagre econômico, o camponês passa a ser entendido como subordinado ao capital. Ao final dos anos 80, o debate entre campesinato e pequeno produtor gira em torno de sua integração ou exclusão à lógica capitalista, o que persiste até nossos dias, “mas não mais como a utilização do termo campesinato e sim com a noção de agricultor familiar” (Teixeira, 1998, p. 17).

A agricultura familiar pode ser definida como aquela em que a família, além de deter uma relação de propriedade sobre a terra (meio de produção), assume a responsabilidade pela execução do trabalho necessário ao processo produtivo. Podemos entendê-la como uma categoria genérica⁴, pois a associação entre o trabalho familiar e a propriedade assume diferentes formas quanto à organização e aos objetivos da produção ao longo do tempo e do espaço.

Segundo Wanderley (1999), não devemos entender a agricultura familiar como uma categoria social de análise recente, nem mesmo na Sociologia Rural, que tende a adquirir falsos ares de novidade diante das novas técnicas e valores trazidos pela modernidade. Outro erro comum é acreditar que o campesinato não é mais uma importante categoria de reprodução social por não ocupar o destaque e não ter o mesmo significado e a mesma importância anteriores. Também é errado fazer uma associação direta entre agricultura camponesa e pequena agricultura. Tradicionalmente, a agricultura camponesa é pequena devido à dificuldade de obter e otimizar recursos. Contudo, distingue-se por uma cultura própria.

A agricultura familiar contemporânea, que se embate com uma sociedade globalizada, excludente e fetichista, se pensa e se relaciona socialmente a partir de valores, simbolismos, técnicas e práticas herdadas da cultura camponesa. Concordo com Wanderley (1999), que defende uma cultura própria camponesa, com base em tradições que estabelecem regras de comportamento, de parentesco, de herança e de valores que justificam as relações de trabalho, de exploração, da distribuição e do consumo dos recursos disponíveis.

Embora sem o mesmo destaque que ocupava nas sociedades tradicionais, o campesinato assume hoje uma nova roupagem, em que se adapta à modernidade sem deixar de lado as bases da sua tradição. Jollivet & Mendras (1971) afirmam que um exemplo empírico sobre essa realidade pode ser constatado ao se estudar determinadas coletividades rurais francesas, que se relacionam com o mundo exterior sem, contudo, perder sua relativa autonomia e originalidade. Outro exemplo pode ser verificado na Polônia, onde a influência do socialismo colaborou para a permanência da tradição camponesa (Wanderley, 1999).

Contudo, seria correto fazer uma correlação direta entre a realidade da agricultura familiar brasileira e a tradição camponesa?

Concordo com a hipótese de Mendras (1984) de que a tradição camponesa pode servir de instrumento de comparação e interpretação em determinadas regiões, porém seria um erro tê-la como um modelo universal.

De acordo com Sorj & Wilkinson (1983) há uma associação entre o agricultor familiar e processo de subordinação do campo ao capital comercial, financeiro e agro-industrial, que adapta e cria novas características que definem o novo produtor familiar moderno. Segundo Teixeira (1998, p. 23) essas características são:

(a) compulsão a mercantilizar a totalidade da produção, eliminando praticamente a alternatividade; (b) fim da

permutabilidade entre terra, trabalho e capital, onde a tecnologia passa a determinar a utilização desses fatores; (c) seleção/exclusão/concentração de produtores dentro da dinâmica dos novos patamares técnicos; (d) apropriação do conhecimento camponês. O conhecimento tradicional do camponês é substituído pelo conhecimento dos técnicos da agroindústria, assim como seu ritmo de trabalho passa a ser determinado pelas novas técnicas; (e) a integração econômica-ideológica, a partir da crescente interiorização da racionalidade capitalista, voltada para maiores níveis de produtividade e a partir da penetração dos meios de comunicação de massa, alterando a cultura e o modo de viver. (Teixeira, 1998, p. 23)

Abramovay (1992) argumenta que o agricultor moderno não é um camponês. Este seria asfixiado pelo ambiente em que se desenvolve a agricultura familiar contemporânea. Para o autor, o agricultor familiar moderno é fruto da política agrícola estatal. Suas práticas não podem ser explicadas por uma herança camponesa, mas sim pela interferência do progresso técnico e do desenvolvimento capitalista na agricultura contemporânea.

Wanderley (1999) trabalha com a hipótese de que a agricultura familiar nas sociedades modernas não se organiza a partir de uma cultura camponesa, mas que já estaria submetida à lógica do capital e da cultura urbana, apresentando uma racionalidade moderna. No entanto, admite que uma parte significativa desses novos atores sociais pode ser vista como o resultado de uma continuidade cuja raiz está em formas tradicionais de reprodução social. Tal hipótese faz sentido se aceitarmos que a história e as instituições humanas não são dadas e imutáveis, mas são construídas e reconstruídas a todo momento como nos mostra Castoriadis (1982) e Berger & Luckmann (1985).

Schiavo (1997) exemplifica como a tradição camponesa pode ser um útil instrumento de análise e interpretação de como resistem e se transformam determinadas formas de agricultura familiar frente aos desafios impostos pelo capitalismo contemporâneo. Todavia, devemos ter em mente que a cultura urbana disseminada pelos meios de comunicação e as exigências do mercado solapam as bases da cultura camponesa, ou seja, em determinadas regiões, a agricultura familiar se traduz como mais um agente na agricultura moderna.

Para compreender a complexidade com que a agricultura familiar moderna se organiza buscando sua reprodução, deve-se admitir que tal organização se dá em um contexto social e histórico específico, fazendo uso, portanto, de novas táticas para enfrentar essa nova realidade. Contudo, também faz parte dessas novas táticas de reprodução social resgatar e/ou recriar o velho, dando-lhe muitas vezes um novo significado ou função, ou seja, incorporando valores e simbologias da tradição camponesa como referenciais para um novo cotidiano capitalizado e capitalizável.

A AGRICULTURA FAMILIAR MODERNA

Propriedade rural familiar não é sinônimo de agricultura familiar. Desenvolver uma definição que leve em conta a complexidade com que se manifesta a agricultura familiar moderna é uma tarefa árdua, pois não envolve apenas o tipo de relações de trabalho em seu interior. Na realidade, estão também envolvidas dimensões econômicas e político-administrativas.

Uma classificação com base apenas no trabalho familiar não é suficiente para atender, por exemplo, questões relacionadas ao financiamento, às políticas de abastecimento e à reforma agrária. Também se devem considerar critérios como a renda aferida nesse tipo de empreendimento, o tamanho da propriedade e o número de empregados.

No entanto, a agricultura familiar é geralmente entendida como sinônimo de pequena agricultura, oposta a uma agricultura próspera ou a uma empresa familiar rural capitalista que não depende de incentivos ou créditos do governo.

O Estatuto da Terra (lei 4.504 de 30/11/64) define a propriedade familiar como

o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhando com ajuda de terceiros. (Blum, 1999, p.63)

Tal definição não atende às dimensões da agricultura familiar moderna, pois exclui a possibilidade do trabalho externo e a contratação de empregados permanentes. Se admitirmos que a agricultura familiar pode estar presente tanto em propriedades camponesas como em empresas rurais, veremos o quão limitada é essa definição. Acredito que a pequena agricultura familiar é pequena porque a conjuntura socioeconômica a obriga a ser, ou pelo menos colabora para que seja. Faltam políticas públicas para torná-la próspera como as grandes empresas rurais capitalistas.

A proposta de Blum (1999) para classificar a agricultura familiar é incorporar a noção de empresa capitalista. Assim, teríamos as grandes e médias propriedades classificadas como empresas patronais; as pequenas propriedades classificadas como empresas familiares consolidadas, que fazem uso de alta tecnologia, dispõem de crédito e estão voltadas às demandas e à lógica de mercado; as empresas familiares em transição e as empresas familiares periféricas ou de subsistência, que possuem uma maior diversidade de cultivos, utilizam baixa tecnologia e seus produtores são pouco esclarecidos. Essa classificação, mesmo que generalizante, demonstra que a falta

de instrução e a pobreza estão entre os maiores problemas da agricultura familiar.

Apesar de responder pela produção da maior parte dos alimentos e de ocupar cerca de 80% da mão-de-obra no campo, as propriedades com até 100ha representam aproximadamente apenas 21% das áreas ocupadas por estabelecimentos agrícolas, enquanto o restante concentra-se nas mãos de apenas 11% dos proprietários (Blum, 1999). Esses dados revelam a importância e, ao mesmo tempo, o descaso com que as pequenas propriedades são tratadas pelas políticas de desenvolvimento em nosso país.

Carneiro (1999) argumenta que o atual debate sobre o conceito de agricultor familiar se deve a um fato político, o Pronaf⁵. O Estado elege a agricultura familiar como um elemento vital ao desenvolvimento rural em função das suas condições de competitividade e da capacidade de gerar emprego no campo. A incorporação de tecnologia e da racionalidade econômica à produção transformaria parte desses agricultores, os chamados “em transição”, em empresários familiares viáveis. No entanto,

ao centrar a atuação do Pronaf no estímulo à competitividade, o governo estaria não apenas excluindo um grande contingente de produtores classificados como inviáveis economicamente ou inadequados em termo da infraestrutura disponível, como estaria também correndo o risco de desperdiçar recursos. Os critérios de exclusão são fortemente sustentados nas noções de ideologias de “verdadeiro agricultor”⁶ e de “competitividade”. Estão, portanto, excluídos todos aqueles que por motivos variados (...) são levados a desempenhar atividades não-agrícolas ou a exercer uma forma de agricultura que não seja orientada pelos padrões de produtividade e rentabilidade exigidos pelo modelo modernizador assumido pelo Pronaf. (Carneiro, 1999, p. 333)

Uma política mais adequada de apoio à produção agrícola deve incluir não só critérios econômicos, mas também valores qualitativos relacionados ao bem-estar e à qualidade de vida local e regional. A manutenção de uma área agrícola através de subsídios pode ser encarada como desperdício de verbas públicas dentro de uma análise economicista, mas essa mesma área pode ser um importante elemento de influência na composição da qualidade de vida de uma grande região.

Levando em conta a diversidade de relações presentes na agricultura familiar moderna, bem como a necessidade de fazer uso de elementos qualitativos nas tipologias que tentam definir categorias de agricultores, Carneiro (1999, p. 340) propõe duas abordagens de classificação como o ponto de partida para uma futura e mais detalhada análise. A primeira leva em consideração as “unidades familiares agrícolas segundo o princípio que orienta sua reprodução social” o que possibilita reconhecer as seguintes categorias⁷: família agrícola de caráter empresarial; família camponesa; a família agrícola rurbana. A segunda leva em consideração as estratégias familiares em relação à participação e dedicação de seus integrantes à atividade agrícola e à manutenção do patrimônio familiar. Essas estratégias podem mostrar tendências maiores e menores de comprometimento.

AGRICULTURA FAMILIAR E MEIO AMBIENTE

As práticas agrícolas implicam a seleção de espécies vegetais e animais no meio natural, simplificando e transformando o ecossistema com o objetivo de produzir determinados alimentos, tendo por referência a simples subsistência ou a demanda do mercado. Contudo, é na agricultura voltada às demandas do mercado que a simplificação ecossistêmica atinge seus níveis mais elevados.

A conseqüência maior dessa simplificação é a perda da capacidade de auto-regulação natural,

que depende da complexidade. O equilíbrio e estabilidade de um novo sistema simplificado pelo homem passam, portanto, a depender de uma permanente interferência desse último (Romeiro, 1998, p. 249).

A simplificação do meio adotada pelo atual modelo produtivo agrícola, além de possibilitar um maior controle do trabalho, limitando o poder de argumentação e decisão do agricultor, representa uma intensa dependência exógena de energia e insumos. O desafio atual, no que se refere à questão “agricultura *versus* meio ambiente”, é recuperar práticas conservacionistas e preservacionistas como diretrizes de desenvolvimento agrícola (Campos, 1999, p. 321).

De acordo com Veiga (1994), a sustentabilidade na produção agrícola depende da superação do paradigma cartesiano/newtoniano. Para o autor, torna-se necessário superar a postura disciplinar do conhecimento científico. Abramovay (1994) argumenta que a crise ambiental é um problema social, econômico e político.

Para reverter o atual quadro de crise agroambiental, torna-se necessária uma nova postura, mais crítica e atuante, da ciência em relação ao modo de produção vigente.

Os ecossistemas não são estáticos, por isso a sustentabilidade dos recursos naturais implica posturas que devem ser dinâmicas visando a assegurar as condições necessárias para sua evolução (Trigo et. al., 1994). Conway (apud Veiga, 1994) diz que um agroecossistema sustentável deve ser estável em termos de produtividade, ser capaz de fazer frente a momentos de adversidades naturais e deve conter equidade social no trabalho e na distribuição de seus resultados. Nijkamp (apud Veiga, 1994) diz que a sustentabilidade envolve dimensões ecológicas, econômicas e sociais associadas ao respeito dos valores sociais e culturais envolvidos.

Uma agricultura sustentável deve incorporar, à lógica do sistema de produção, os ciclos ecológicos, a redução do uso de insumos externos,

justiça social na distribuição do trabalho e dos seus resultados, o aumento da diversidade genética e biológica, o conhecimento e os valores da comunidade local, a racionalização da produção, buscando eliminar os desperdícios e o uso inadequado dos recursos de forma a tornar o mais constante possível as taxas de produtividade. Assim, podemos listar três condições para uma agricultura mais sustentável. A primeira diz respeito ao emprego de tecnologias de conservação dos recursos adaptadas às especificidades locais. A segunda se refere à participação da comunidade local na gestão dos recursos. A terceira condição está atrelada à disponibilidade de recursos profissionais e econômicos externos à comunidade, quer sejam governamentais quer não sejam, mas que auxiliem na gestão dos recursos (Pretty, 1995).

Para Ehlers (1994), a agricultura alternativa, que atualmente ocupa um papel marginal dentro da produção agropecuária, deverá tornar-se a base para uma agricultura mais sustentável. Contudo, o estabelecimento de práticas agrícolas mais sustentáveis não se assemelha a um pacote tecnológico importado, como foi o caso da Revolução Verde. A valorização da participação da comunidade local no estabelecimento de práticas agrícolas mais sustentáveis é fundamental.

De acordo com Carmo (1998, p. 9), a agricultura familiar, por ser capaz de operar em menor escala⁸ e combinar a produção vegetal com a animal, torna-se ideal para o estabelecimento de práticas agrícolas mais sustentáveis. Para a autora, o

funcionamento de uma exploração familiar passa necessariamente pela família enquanto elemento básico de gestão financeira – destinação dos recursos monetários auferidos – e do trabalho total disponível internamente na unidade do conjunto familiar. Nesse sentido, as decisões sobre a renda líquida obtida com a venda da produção, fruto do trabalho da família, pouco tem a ver com a categoria lucro “puro” de uma empresa. (Carmo, 1998, p. 9)

Assim, a estrutura familiar é capaz de se adaptar mais facilmente às práticas econômicas cujos benefícios sejam a longo prazo, rompendo com o imediatismo econômico do mercado contemporâneo. Além disso, com a queda do paradigma fordista, a prática agrícola familiar, em menor escala e mais flexível, ganha competitividade, ou, pelo menos, melhores condições de sobreviver junto ao mercado.

O agricultor familiar moderno herdou da cultura camponesa também a preocupação de assegurar a sobrevivência das futuras gerações através do patrimônio familiar. Assim, a agricultura familiar, teoricamente, deveria gerenciar melhor e poupar os recursos naturais, ou seja, ser mais sustentável e com isso tornar-se um pilar das políticas públicas de desenvolvimento sustentável.

Porém, qual a razão de o pequeno produtor familiar transformar-se não em agente de preservação, mas em ameaça ao bem-estar das futuras gerações? A resposta a essa questão talvez esteja na realidade social excludente que faz com que abdique de futuros horizontes em razão da sobrevivência imediata. Desta forma, o pequeno agricultor passa a extrair da terra o máximo de recursos que pode, pois esse máximo, na verdade, é, muitas vezes, o mínimo para a sobrevivência de sua família.

Pensar em agricultura sustentável é pensar em agricultura familiar no Brasil? Tudo indica que sim, porém há dois complicadores que impedem essa associação direta. O primeiro é a base da organização social de nosso país, ou seja, a educação. Ao contrário do discurso oficial, há uma desvalorização crescente da figura do educador e do educado, através de um fenômeno de banalização que cria barreiras à construção de um conhecimento crítico, e por conseqüência, transformador da realidade. Fornecer educação de qualidade ao produtor rural é necessariamente o pilar para a implementação de práticas agrícolas mais sustentáveis. O segundo, talvez o mais agudo, refere-se às políticas institucionais de dis-

tribuição de renda em nosso país. A maior parte dos agricultores familiares não é suficientemente competitiva para se modernizar, não tem recebido incentivos fiscais que lhe possibilitem adquirir métodos e tecnologia capazes de tornar o processo produtivo mais eficiente e mais sustentável.

Falta uma política governamental de subsídios voltada ao pequeno produtor rural, que não prime apenas pelo lucro ou competitividade deste, mas que lhe assegure qualidade de vida através de uma prática agrícola mais sustentável, o que representaria um ganho para toda sociedade.

Desta forma, buscar uma agricultura mais sustentável é valorizar a agricultura familiar, transformando a realidade do agricultor não só através da educação, mas por meio de incentivos fiscais, rompendo com o imediatismo (muitas vezes da fome) e resgatando a perspectiva de continuidade, possibilitando, assim, uma interação mais harmônica com o meio ambiente.

NOTAS

- * Geógrafo (UERJ) e Mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Professor da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro (Cecierj) e do Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos. E-mail: prof.souza@uol.com.br. Artigo encaminhado para publicação em fevereiro de 2002.
- 1 Schneider (1994) indica como referências bibliográficas artigos publicados nas revistas *Rural Sociology* e *Sociologia Ruralis*.
- 2 “Como resultado de um processo historicamente datado que começa com o estabelecimento de um modelo ideal de exploração agrícola, apoiando-se sobre a especialização da produção (e do trabalho) e sobre a produtividade, a pluriatividade dos tempos modernos se distingue daquela que era praticada durante o período da proto-industrialização. Nesses termos, ela é recriada por uma parte da população rural para afrontar as crises geradas pela modernização da agricultura, como o demonstram os sociólogos, os economistas, os agrônomos” (Carneiro, 1994, p. 6).
- 3 Esse conceito foi elaborado “pelo antropólogo Robert Redifield, nos anos 60, para delinear Sociedades Cam-

ponesas no interior de uma sociedade maior que a engloba” (Teixeira, 1998, p.13).

- 4 “A agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém, nela mesma, toda diversidade” (Lamarche, 1993 apud Wanderley, 1999, p. 23).
- 5 “As diretrizes do Pronaf têm como referência experiências européias, principalmente a da França, que elegeram a agricultura familiar como a forma de produção sobre a qual se implementou, no pós-guerra, a modernização da produção agrícola e da sociedade rural” (Carneiro, 1997, p. 71).
- 6 Aquele cuja renda familiar seja composta por, no mínimo, 80% de recursos oriundos da atividade agropecuária (Carneiro, 1999).
- 7 “Fora essas categorias de agricultores familiares reconhece-se outros tipos de famílias rurais relacionados à propriedade mas cujo trabalho não é familiar e nem sempre pautado pela atividade agrícola”, destacando-se os neo-rurais e os recém-assentados rurais de origem urbana (Carneiro, 1999, p. 341).
- 8 “A agricultura moderna é fortemente mediada pela questão da escala de produção. A mecanização intensiva pressupõe grandes áreas cultivadas que possam responder economicamente ao capital aplicado (...) O conjunto de sementes melhoradas e agroquímicos, no presente, é sinônimo de uniformidade genética e lucro certo, porém com maior vulnerabilidade às pragas e doenças e, portanto, maior risco ambiental” (Carmo, 1998, p. 7).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas: Hucitec, Anpocs, Unicamp, 1992. 275p.
- _____. A dualização como caminho para a agricultura sustentável. *Estudos Econômicos*, São Paulo, Fundação Instituto de Pesquisa Econômica – FIPE, Universidade de São Paulo, v. 24, n. especial, p.157-182, 1994.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro. *Textos*, Rio de Janeiro, UFRRJ/CPDA, n. 3, setembro, 53p. 1998.
- BERGER, P. L. & LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1985. 248p.
- BLUM, R. Agricultura familiar: um estudo preliminar da definição, classificação e problemática. IN: TEDESCO, João Carlos (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 406p. p. 57-104.
- CAMPOS, G. L. R. de. Agricultura familiar, gerenciamento ambiental e agroecologia: algumas questões provocativas a serem pesquisadas. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 406p. p. 317-333.
- _____. A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável. *Agricultura em São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Instituto de Economia Agrícola. t. 1, v. 45, p. 1-15. 1998.
- CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade: uma resposta à crise da exploração familiar? In: *Reunião de APIPSA*, 18., Porto Alegre, out., 1994. 26p.
- _____. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n. 8, p. 70-82, abril. 1997.
- _____. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n. 11, p. 53-75, outubro. 1998a.
- _____. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia Rural, 5., 1998. Chapingo, México: (mimeo), 1998b. 20p.
- _____. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. IN : COSTA, Luiz Flávio Carvalho; BRUNO, Regina & MOREIRA, Roberto José (Orgs.). *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. 352p. p. 323-344.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 122-137.
- COSTA NETO, Canrobert. Agricultura familiar e renda da terra. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n. 10, p. 118-134, abril. 1998.
- EHLERS, Eduardo. Agricultura alternativa: uma visão histórica. *Estudos Econômicos*. São Paulo, Fundação Instituto de Pesquisa Econômica – FIPE, Universidade de São Paulo, v. 24, n. especial, p. 231-262. 1994.
- _____. *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. São Paulo: Livros da Terra, 1996. 179p.
- GRAZIANO DA SILVA, José & GROSSI, Mauro Eduardo Del. A evolução do Emprego não agrícola no meio rural brasileiro - 1992-95. *Indicadores Econômicos*. Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 105-126. 1997.
- _____. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Unicamp, IE, 1999, 151p.

GROSSI, Mauro Eduardo & GRAZIANO DA SILVA, José. A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n. 11, p. 26-52, outubro, 1998.

JOLLIVET, Marcel & MENDRAS, Henri. *Les collectivités rurales françaises 1*. Étude comparative de changement social. Paris: Armand Colin, 1971.

MARSDEN, T. Exploring a rural sociology for the fordist transition: incorporating social relations into economic restructuring. *Sociologia Ruralis*. v. 32, n. 2-3, 1992.

MENDRAS, Henri. *La fin des paysans*: suivi d'une réflexion sur la fin des paysans vingt ans après. Paris: Actes Sud, 1984.

PAPENDICK, R. I.; PARR, J. P. & REGANOLD, J. P. *Agricultura sustentável*. Washington: Scientific American, 1990.

PRETTY, Jules N. Agricultura sustentável. IN: *Agricultura Regenerada*. Políticas e práticas para a sustentabilidade e auto-confiança. Washington: Joseph Henry Press, 1995.

RESENDE, R. M. A Alca e o desenvolvimento sustentável. *Estudos e relatórios*. sd. 1998.

ROMEIRO, A. R. *Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998. 272p.

SCHIAVO, Sylvia França. *Sendas da transição*: descendentes de suíços em Nova Friburgo – RJ. Niterói: EDUFF, 1997. 180p.

SCHNEIDER, Sergio. *Os colonos da indústria calçadista*: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. 363f. Dissertação (Mestrado em sociologia) — Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, 1994.

SORJ, Bernard & ALMEIDA, Maria E. de (Org.) *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1983. 261p

TEIXEIRA, Vanessa Lopes. *Pluriatividade e agricultura familiar na região Serrana do Estado do Rio de Janeiro*. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciências em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 1998.

TRIGO, Eduardo; KAIMOVITZ, David & FLORES, Roberto. Bases para um trabalho visando o desenvolvimento agropecuário sustentável. *Estudos econômicos*. São Paulo, Fundação Instituto de Pesquisa Econômica – FIPE, Universidade de São Paulo, v. 24, n. especial, 1994.

VEIGA, Eli José da. Problemas da transição à agricultura sustentável. *Estudos econômicos*. São Paulo, Fundação Instituto de Pesquisa Econômica – FIPE, Universidade de São Paulo, v. 24, n. especial, 1994. p. 9-31.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. IN: TEDESCO, João Carlos (Org.). *Agricultura familiar*: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 406p. p. 21-55.

ABSTRACT

The family farming is the base of a more sustainable agricultural model establishment. Because of its better management and flexibility capacity, greater products diversification and adaptation to the available resources. This work paper approaches the family farming as the most sustainable productive practice. We analyzed the phenomenon of the pluriactivity, the peasantry culture values

and practices observed in the contemporary family farming. The more sustainable agricultural practices establishment may promote a better quality of life. The family farming should be understood using qualitative criteria and should be valued as an important public policy of development.

KEYWORDS

Family farming; pluriactivity; sustainable agriculture.

